

PREGÃO PRESENCIAL 26/2015

A Prefeitura do Município de Santa Gertrudes torna público, para conhecimento dos interessados, que a Pregoeira e sua Equipe de Apoio, designados pela **Portaria 2.641/2015**, de 02 de janeiro de 2014, reunir-se-ão no dia, hora e local designados neste Edital, onde realizará certame licitatório, na modalidade de **Pregão Presencial 26/2015**, cujo objeto está definido abaixo, o qual observará os preceitos de direito público e, em especial, as disposições da Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002, publicada no DOU de 18/07/2002, Lei Complementar 123/2006, de 14 de dezembro de 2006 e posteriores alterações, do Decreto Municipal 1.543/2007, de 21 de março de 2007, subsidiariamente, da Lei Federal 8.666/1993, de 21 de junho de 1993, e suas alterações, Lei Complementar 147, de 07 de agosto de 2014 e subordinado às condições e exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

1 – DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES E SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO:

1.1. Os documentos referentes ao credenciamento, os envelopes contendo as Propostas Financeiras e os Documentos de Habilitação das empresas interessadas, devem ser protocolados **até as 8:30 horas do dia 02/12/2015** no Setor de Protocolo no Paço Municipal, a Rua 01A, 332, Centro, Santa Gertrudes/SP.

1.2. A sessão de lances e julgamento será neste mesmo dia **às 9:00 horas**, no mesmo local, na sala da Divisão de Licitações e Compras.

2 – DO OBJETO:

2.1. Este certame tem por objeto a **contratação de prêmio de seguro para os prédios públicos – apólice coletiva**, conforme as especificações delineadas no “Anexo I – Termo de Referência” a este Edital, nas seguintes condições:

2.1.1. As coberturas de indenização, vendaval, danos elétricos, roubo de bens, alagamento, vidros, etc., deverão ser de 100% (cem por cento) dos valores estabelecidos no “Anexo I – Termo de Referência”;

2.1.6. Os itens que incidirem franquia, deverão ter valor máximo de 15% do valor da cobertura do item conforme “Anexo I – Termo de Referência” a este Edital;

2.1.9. A empresa licitante deverá especificar na proposta o preço em parcela única;

2.1.10. O termo de contrato será substituído pela apólice coletiva que indicará os termos da contratação e as respectivas coberturas;

2.1.11. Para efeito de considerar bônus, franqueamos vistas a apólice vigente e indicamos no Anexo I – Termo de referência as classes de bônus;

2.1.12. A Prefeitura autoriza a vistoria dos locais, desde já, se a Companhia assim entender necessário, devendo a mesma informar o dia e horário da visita para que um de nossos funcionários possa acompanhar a inspeção;

2.2. A proposta poderá ser apresentada diretamente pela companhia seguradora, através de corretor credenciado ou instituição financeira igualmente credenciada.

2.3. A Prefeitura poderá, no decorrer da execução da contratação, alterar a quantidade, para mais ou para menos, do objeto da contratação, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da apólice, mediante aviso prévio de 15 (quinze) dias corridos a empresa contratada, nos moldes do § 1º, do artigo 65, da Lei Federal Nº: 8.666/93 e alterações.

3 – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO:

3.1. Poderão participar desta licitação as empresas que:

3.1.1. Tenham objeto social pertinente e compatível com o objeto licitado;

3.1.2. Atendam todas as exigências deste Edital.

3.2. Será vedada a participação de empresas:

3.2.1. Declaradas inidôneas, suspensas ou impedidas de licitar ou contratar com o poder público em quaisquer de suas esferas;

3.2.2. Que estejam em processo de falência, concordata, recuperação judicial ou extrajudicial;

3.2.3. Reunidas em consórcio, qualquer que seja a sua forma de constituição;

3.2.4. Empresas das quais participe, seja a que título for, servidor público ou dirigente deste Município, nos moldes do artigo 9º, da Lei Federal 8.666/93 e posteriores alterações.

3.3. A não observância das alíneas anteriores por parte da empresa ensejará as sanções e penalidades legais aplicáveis.

4 - DO CREDENCIAMENTO:

4.1. Antes do início da sessão, os representantes das interessadas em participar do certame deverão se apresentar para credenciamento junto a Pregoeira, devidamente munidos de documentos que os credenciem a participar desta licitação, inclusive com poderes para formulação de ofertas e lances verbais.

4.2. Cada licitante credenciará apenas um representante que será o único admitido a intervir no procedimento licitatório e a responder, para todos os atos e efeitos previstos neste Edital, por sua representada.

4.3. Por credenciamento entende-se a apresentação dos documentos abaixo especificados, conforme as diferentes hipóteses de representação:

4.3.1. Quando a licitante for constituída sob a forma de sociedade e sua representação estiver sendo exercida diretamente por órgão integrante da estrutura organizacional da pessoa jurídica (Diretor, Gerente, etc.) documentos que comprovem a existência de poderes de representação do titular do cargo (atos constitutivos da pessoa jurídica – Estatutos Sociais ou Contrato Social **devidamente registrados**), acompanhados de documentos que comprovem a eleição do credenciando para o dito cargo (Ata de Assembléia–Geral e, quando for o caso, também Ata do Conselho de Administração, em que tenha(m) ocorrido a(s) eleição(ões) a serem comprovada(s), devidamente registradas);

4.3.2. Quando a licitante for constituída sob a forma de sociedade e a sua representação estiver sendo exercida, de forma indireta, por procurador constituído: os mesmos documentos arrolados no item 4.3.1, neste caso relativamente à pessoa que representar a licitante na procuração, acompanhados da procuração (**COM FIRMA RECONHECIDA**), na qual sejam outorgados poderes suficientes para representação em licitação;

4.3.3. Quando a licitante for constituída sob a forma de empresário individual e sua representação estiver sendo exercida diretamente pelo titular: declaração de empresário individual devidamente registrada;

4.3.4. Quando a licitante for constituída sob a forma de empresário individual e sua representação estiver sendo exercida, de forma indireta, por procurador constituído: o mesmo documento referido no item 4.3.3, acompanhado da procuração na qual sejam outorgados poderes suficientes para representação em licitação.

4.4. Nas hipóteses em que o representante da licitante for procurador e a sua constituição tiver sido formalizada por meio de instrumento particular de procuração, a firma da pessoa que representar a licitante na procuração deverá ser reconhecida por tabelião.

4.4.1. Esses documentos (originais ou cópias) deverão ser apresentados antes do início da sessão do Pregão. No caso de cópias, as mesmas deverão ser autenticadas por tabelião, ou pela Pregoeira, ou por servidor integrante da Equipe de Apoio da Prefeitura, à vista do original.

4.5. O licitante que não contar com representante presente na sessão ou, ainda que presente, não puder praticar atos em seu nome por conta da apresentação de **documentação defeituosa no credenciamento**, ficará impedido de participar da fase de lances verbais, de negociar preços, de declarar a intenção de interpor ou de renunciar ao direito de interpor recurso, ficando mantido, portanto, o preço apresentado na proposta escrita, que há de ser considerada para efeito de ordenação das propostas e apuração do menor preço.

4.5.1. Excetua-se do descrito no item acima (4.5.) a não-entrega da Declaração exigida no subitem 5.1. deste Edital (tanto para o licitante que não contar com representante presente na sessão, quanto para aquele que apresentar documentação defeituosa) o que implicará o não-recebimento, por parte da Pregoeira, dos envelopes contendo a documentação da Proposta de Preço e de Habilitação e, portanto, a não-aceitação da licitante no certame licitatório.

4.6. O representante legal e o procurador deverão identificar-se exibindo documento oficial de identificação que contenha foto.

4.7. O representante poderá ser substituído por outro devidamente credenciado.

4.8. Não será admitida a participação de um mesmo representante para mais de uma empresa licitante.

4.9. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, visando ao exercício da preferência prevista na Lei Complementar nº. 123/06 deverão firmar DECLARAÇÃO, devendo apresentá-la fora do envelope nº 01 – Proposta Comercial(MODELO ANEXO VI), e apresentar UM DOS SEGUINTE DOCUMENTOS para a comprovação da situação:

4.9.1. Declaração de enquadramento de ME ou EPP, protocolada na Junta Comercial;

4.9.2. Comprovação de inscrição no Regime Especial de Arrecadação de Tributos e Contribuições – Simples Nacional;

4.9.3. Ficha Cadastral Completa emitida pela Junta Comercial, contendo a declaração de enquadramento de ME ou EPP;

4.9.4. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte que não apresentarem FORA DOS ENVELOPES a declaração descrita no item 4.9., não farão jus ao exercício da preferência prevista na Lei Complementar nº. 123/06.

5 - DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DA DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO, DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

5.1. A declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação de acordo com modelo estabelecido no **Anexo III deverá ser apresentada fora dos Envelopes 01 (um) e 02 (dois).**

5.1.1. A não-entrega da Declaração exigida no subitem 5.1. deste Edital implicará o não-recebimento, por parte da Pregoeira, dos envelopes contendo a documentação da Proposta de Preço e de Habilitação e, portanto, a não-aceitação da licitante no certame licitatório.

5.2. A proposta financeira e os documentos para habilitação deverão ser apresentados, separadamente, em 02 (dois) envelopes não transparentes, fechados e indevassáveis, contendo em sua parte externa, a identificação da licitante, e os seguintes dizeres:

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SANTA GERTRUDES
PREGÃO PRESENCIAL 26/2015**

Razão Social:

CNPJ:

Endereço completo do licitante:

ENVELOPE 01 (UM): PROPOSTA FINANCEIRA

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SANTA GERTRUDES
PREGÃO PRESENCIAL 26/2015**

Razão Social:

CNPJ:

Endereço completo do licitante.

ENVELOPE 02 (DOIS): DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.3. Caso a indicação acima referida apresentar-se incompleta ou com algum erro de transcrição nos envelopes, ou mesmo inversão dos envelopes (proposta no envelope de documentação ou vice-versa), tais fatos não constituirão motivo para exclusão da empresa do procedimento licitatório, **desde que a incorreção apontada não cause dúvida nem atrapalhe o andamento do processo.**

5.4. Em nenhuma hipótese serão recebidos os envelopes contendo a proposta de preços e a documentação posteriormente ao prazo limite estabelecido neste Edital.

6 - DO CONTEÚDO DO ENVELOPE 01 (UM) - PROPOSTA FINANCEIRA:

6.1. O envelope 01 (um) deverá conter a proposta financeira da licitante, que deverá atender aos seguintes requisitos:

6.1.1. Ser apresentada no formulário conforme Anexo II deste Edital, ou em formulário próprio contendo, no mínimo, as mesmas informações exigidas no primeiro, datilografada, digitada, **ou à mão, desde que legível**, em língua portuguesa, sem emendas nem rasuras; ao final ser identificada e assinada pelo representante legal da licitante ou pelo procurador;

6.1.2. Apresentar os preços completos, computando todos os custos necessários para o atendimento do objeto desta licitação, bem como todos os impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre o objeto licitado, constante da proposta;

6.1.2.1. Preços unitários de cada item e total da apólice, **com precisão de 02(duas) casas decimais**, em moeda corrente nacional, devendo estar incluídos todos os tributos, impostos, taxas, fretes, descontos, bonificações, dentre outros;

6.1.3. Prazo de validade da proposta, o qual não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias corridos contados da data de encerramento da licitação; **Não havendo indicação expressa será considerado como tal;**

6.1.4. Indicar a razão social da empresa licitante, número de inscrição no CNPJ do estabelecimento, endereço completo, telefone, fac-símile e endereço eletrônico (e-mail), número da conta corrente bancária, agência e banco;

6.1.4.1. **O preenchimento dos dados da conta corrente da pessoa jurídica é obrigatório**, tendo em vista que os pagamentos serão efetuados por depósito em conta e / ou transferências on line;

6.1.5. Condições de pagamento: Os pagamentos serão realizados **em parcela única** no prazo de 10 (dez) dias após o decêndio de recebimento do(s) boleto (s), devidamente atestado(s) pela unidade requisitante e processado(s) pela contabilidade;

6.1.5.1. Em eventuais atrasos no pagamento, quando por culpa da Prefeitura, o valor devido será atualizado, da data do vencimento à do efetivo pagamento, pela variação percentual do IGPM/FGV/SP, ou outro índice que venha substituí-lo, a critério da Prefeitura.

6.1.5.2. A nota fiscal/fatura/boleto encaminhada pela contratada deve estar devidamente discriminada, de forma a permitir o cumprimento das exigências legais, inclusive no que se refere às retenções tributárias.

6.1.5.3. No caso de devolução da(s) nota(s) fiscal(is)/fatura(s)/boleto(s), por sua inexatidão ou da dependência de carta corretiva, nos casos em que a legislação admitir, o prazo fixado no item 6.1.5. será contado da data de entrega da referida correção.

6.1.5.4. O e-mail que deve ser cadastrado para envio do(s) boleto(s) é o nfe@santagertrudes.sp.gov.br.

6.1.6. A apólice deverá iniciar sua vigência em até 24 (vinte e quatro) horas após o envio da autorização de fornecimento (AF);

6.1.7. Na proposta financeira deverão constar **as condições que a licitante oferecerá para a apólice coletiva, levando-se em conta as condições mínimas exigidas no item 02 e no Anexo I (Termo de Referência) deste Edital, que serão verificadas quando da abertura dos envelopes de proposta financeira.**

6.2. Em caso de divergência entre informações contidas em documentação impressa e na proposta específica, prevalecerão às da proposta. Ocorrendo discrepância entre o valor unitário e global para os itens que integram a planilha do objeto do Edital, será considerado o valor global.

6.3. Os preços propostos serão de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.4. A proposta financeira será considerada completa abrangendo todos os custos necessários à execução do objeto.

6.5. Serão desclassificadas as propostas que não atendam às exigências do ato convocatório.

6.6. A proposta deverá limitar-se ao objeto desta licitação, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou qualquer outra condição não prevista no Edital.

6.7. Em nenhuma hipótese poderá ser **alterada ou incrementada** a proposta apresentada, seja quanto ao preço, condições de pagamento, prazos ou outra condição que importe em modificação dos termos originais.

6.8. Independentemente de declaração expressa, a simples apresentação das propostas implica submissão a todas as condições estipuladas neste Edital e seus Anexos, sem prejuízo da estrita observância das normas contidas na legislação mencionada no preâmbulo deste Edital.

6.9. **Não serão comprados seguros com valor superior ao estimado. Se não houver propostas com valores dentro do estimado, ou, se na sessão de lances, os valores não forem reduzidos até chegarem nos valores das estimativas, o item será considerado fracassado.**

7 - DO CONTEÚDO DO ENVELOPE 02 (DOIS) - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

7.1. O envelope com os documentos de habilitação deverá conter:

7.1.1. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA:

7.1.1.1. Registro comercial, no caso de empresa individual;

7.1.1.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais;

7.1.1.3. Documentos de eleição dos atuais administradores, tratando-se de sociedades por ações;

7.1.1.4. Ato constitutivo devidamente registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedades civis, acompanhado de prova da diretoria em exercício;

7.1.1.5. Decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, tratando-se de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, quando a atividade assim o exigir;

7.1.1.6. Publicação em Diário Oficial da Ata da Assembléia da Companhia De Seguro, devidamente autenticada;

7.1.1.7. Comprovante de registro junto a SUSEP.

7.1.1.8. Os documentos relacionados nos subitens 7.1.1.1. a 7.1.1.7. deste subitem 7.1.1. não precisarão constar do Envelope "Documentos de Habilitação", se tiverem sido apresentados para o credenciamento neste Pregão com os requisitos especificados no item 4.

7.1.2. DA REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

7.1.2.1. Prova de inscrição no CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (www.receita.fazenda.gov.br);

7.1.2.3. Provas de regularidade, em plena validade, para com:

7.1.2.3.1. Prova de regularidade para com a **Fazenda Federal e com a Seguridade Social**, através da apresentação da Certidão Conjunta Negativa de débitos relativos a Tributos Federais e a Dívida Ativa da União, conforme determina a Portaria Conjunta PGFN/RFB Nº: 02, de 31 de agosto de 2005, com prazo de validade em vigor (www.receita.fazenda.gov.br), Decreto nº 8.302, de 4 de setembro de 2014, Portaria MF nº 358, de 5 de setembro de 2014 e Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1.751, de 2 de outubro de 2014;

7.1.2.3.1.1. **Serão aceitas Certidão Conjunta Negativa de débitos relativos a Tributos Federais e a Dívida Ativa da União e Certidão Negativa de Débito – CND, relativa à seguridade social, fracionadas, desde que vigentes;**

7.1.2.3.2. A Fazenda Estadual (Certidão Negativa quanto a Dívida Ativa do Estado) (www.dividaativa.pge.sp.gov.br, quando tratar-se de empresa localizada no Estado de São Paulo);

7.1.2.3.3. Certidão Negativa de Débito – CND, com validade em vigor, relativa à seguridade social, expedida pelo Ministério da Previdência e Assistência Social - MPAS, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei (www.receita.fazenda.gov.br), **somente para Contribuintes Individuais;**

7.1.2.3.4. O Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF do FGTS) (www.caixa.gov.br);

7.1.2.3.5. A CNDT - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, com validade em vigor, nos moldes do que estabelece a Lei Federal 12.440/2012, de 07 de julho de 2012 (www.tst.jus.br);

7.1.2.4. As provas de regularidade deverão ser feitas por Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa.

7.1.2.4.1. Considera-se Positiva com efeitos de Negativa a certidão em que conste a existência de créditos não vencidos; em curso de cobrança executiva em que tenha sido efetivada a penhora; ou cuja exigibilidade esteja suspensa por moratória, ou depósito de seu montante integral, ou reclamações e recursos, nos termos das leis reguladoras do processo tributário administrativo ou concessão de medida liminar em mandado de segurança.

7.1.2.5. Certidões que omitirem a data de seu vencimento, só serão aceitas se tiverem sido expedidas até no máximo 03 (três) meses retroativos à data da abertura dos envelopes.

7.1.3. DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

7.1.3.1. Certidão negativa de falência, concordata, recuperação judicial e/ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da licitante, com data de expedição não superior a 90 (noventa) dias, contados da data de apresentação da proposta financeira.

7.1.4. DAS OUTRAS COMPROVAÇÕES:

7.1.4.1. Declaração escrita e expressa de que inexistente qualquer fato impeditivo à sua participação na licitação, que não foi declarada inidônea, impedida ou suspensão de licitar ou contratar com a administração pública, em quaisquer de suas esferas e que se compromete a comunicar ocorrência de fatos supervenientes.

7.1.4.2. Declaração escrita e expressa que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz a partir dos 14 (catorze) anos.

7.2. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS DA HABILITAÇÃO:

7.2.1. A documentação exigida poderá ser apresentada no original ou através de impresso informatizado obtido via Internet, podendo também ser apresentada através de cópia, produzida por qualquer processo de reprodução, autenticada por cartório competente.

7.2.1.1. As autenticações poderão também ser feitas pela Pregoeira ou membro da equipe de apoio, nos termos do artigo 32 da Lei Federal 8.666/93 e alterações, no ato de abertura do envelope respectivo, desde que referidas cópias se façam acompanhar dos documentos originais, sendo esses últimos devolvidos, após a autenticação requerida, ao representante legal presente.

7.2.1.2. As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião de habilitação deverão apresentar toda a documentação exigida para efeitos de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que presente alguma restrição.

7.2.1.3. Havendo alguma restrição quanto a regularidade fiscal será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

7.2.1.4. A não-regularização da documentação implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81, da Lei Federal 8.666/93.

7.2.2. Na hipótese de ser a licitante a matriz, toda a documentação deverá ter sido expedida em nome desta, e se for a filial, toda a documentação deverá ter sido expedida em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

7.2.2.1. Caso a licitante pretenda que um de seus estabelecimentos, que não o participante desta licitação, execute o futuro contrato, DEVERÁ APRESENTAR TODA A DOCUMENTAÇÃO DE AMBOS OS ESTABELECIMENTOS.

8 - DO PROCEDIMENTO E DO JULGAMENTO:

8.1. No horário e local indicados no preâmbulo, será aberta a sessão de processamento do Pregão, iniciando-se com o credenciamento dos interessados em participar do certame.

8.1.2. Após os respectivos credenciamentos, as licitantes entregarão a Pregoeira a declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação, de acordo com o estabelecido no Anexo III este Edital.

8.1.2.1. A não-entrega da Declaração exigida no subitem 8.1.2. deste Edital implicará o não-recebimento, por parte da Pregoeira, dos envelopes contendo a documentação da Proposta de Preço e de Habilitação e, portanto, a não-aceitação da licitante no certame licitatório.

8.1.3 Recebidos os envelopes no serviço de protocolo, não serão admitidos novos participantes no certame, fora do horário máximo para protocolo de envelopes.

8.1.4. A análise das propostas financeiras pela Pregoeira visará ao atendimento das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, sendo desclassificadas as propostas:

8.1.4.1. Cujo objeto não atenda as especificações, prazos e condições fixados no Edital;

8.1.4.2. Que deixe de apresentar qualquer dos documentos solicitados neste Edital;

8.1.5. A proposta financeira deverá contemplar obrigatoriamente todos os itens componentes do objeto, sob pena de desclassificação.

8.1.6. Não serão comprados seguros com valor superior ao estimado. Se não houver propostas com valores dentro do estimado, ou, se na sessão de lances, os valores não forem reduzidos até chegarem nos valores das estimativas, o seguro será considerado fracassado.

8.1.7. As propostas classificadas serão selecionadas para a etapa de lances, com observância dos seguintes critérios:

8.1.7.1. Seleção da proposta de menor preço global e das demais com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela;

8.1.7.2. Não havendo pelo menos 03 (três) preços na condição definida na alínea anterior, serão selecionadas as propostas que apresentarem os menores preços, até o máximo de 03 (três). No caso de empate nos preços, serão admitidas todas as propostas empatadas, independentemente do número de licitantes.

8.1.8. Para efeito de seleção e julgamento das propostas será levado em consideração o critério de menor preço global apresentado, desde que atendidas as exigências deste Edital.

8.1.8. A Pregoeira convidará individualmente os autores das propostas selecionadas a formular lances de forma sequencial, a partir do autor da proposta de maior preço e os demais em ordem decrescente de valor, decidindo-se por meio de sorteio no caso de empate de preços.

8.1.8.1. Os lances deverão ser formulados em valores distintos e decrescentes, inferiores à proposta de menor preço global, observada a redução mínima entre os lances de **0,5% (zero vírgula cinco por cento)** sobre o valor global, aplicável inclusive em relação ao primeiro.

8.1.9. Não serão admitidos lances iguais ao último ofertado.

8.1.10. A etapa de lances será considerada encerrada quando todos os participantes dessa etapa declinarem da formulação de lances.

8.1.11. Encerrada a etapa de lances, serão classificadas as propostas selecionadas, cuja ordem de classificação dar-se-á pelo critério de **menor preço global**.

8.1.12. Declarada encerrada a etapa de lances e for constatado empate, será considerado como critério de desempate, preferência de contratação para microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar 123/2006.

8.1.13. Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta melhor classificada.

8.1.14. Para atendimento aos itens 8.1.12 e 8.1.13 ocorrendo empate proceder-se-á da seguinte forma:

8.1.14.1. A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado, sob pena de preclusão.

8.1.14.2. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos no item 8.1.13, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

8.1.14.3. Na hipótese da não incidência dos termos previstos 8.1.12 e 8.1.13, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

8.1.14.4. O disposto nos itens 8.1.12 e 8.1.13 somente se aplicarão quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

8.1.15. A Pregoeira poderá negociar com o autor da oferta de menor valor com vistas à redução do preço.

8.1.16. Após a negociação, se houver, a Pregoeira examinará a aceitabilidade do menor preço, decidindo motivadamente a respeito.

8.1.17. Considerada aceitável a oferta de menor preço, será aberto o envelope contendo os documentos de habilitação de seu autor.

8.1.18. Eventuais falhas, omissões ou outras irregularidades nos documentos de habilitação poderão ser saneadas na sessão pública de processamento do Pregão, até a decisão sobre a habilitação, nos termos da Lei Federal 10.520/02.

8.1.19. A verificação será certificada pela Pregoeira e deverão ser anexados aos autos os documentos passíveis de obtenção por meio eletrônico, salvo impossibilidade devidamente justificada.

8.1.20. A Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos, no momento da verificação. Ocorrendo essa indisponibilidade e não sendo apresentados os documentos alcançados pela verificação, a licitante será inabilitada.

8.1.21. Constatado o atendimento dos requisitos de habilitação previstos neste Edital, a licitante será habilitada e declarada vencedora do certame.

8.1.22. Se a oferta não for aceitável, ou se a licitante desatender as exigências para a habilitação, a Pregoeira examinará a oferta subsequente de menor preço, negociará com o seu autor, decidirá sobre a sua aceitabilidade e, em caso positivo, verificará as condições de habilitação e assim sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cujo autor atenda os requisitos de habilitação, caso em que será declarado vencedor.

8.1.23. Não poderá haver desistência dos lances ofertados.

8.1.24. Será desclassificada a proposta que contiver preço ou entrega do objeto condicionada a prazos, descontos, vantagens de qualquer natureza não previstos neste Pregão, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.

8.1.25. Em caso de divergência entre informações contidas em documentação impressa e na proposta específica, prevalecerão as da proposta.

8.2. Etapa de Habilitação, Declaração da Licitante Vencedora e Adjudicação:

8.2.1. Efetuados os procedimentos previstos no item 8.1. deste Edital, e sendo aceitável a proposta classificada em primeiro lugar, a pregoeira anunciará a abertura do envelope referente aos "Documentos de Habilitação" desta licitante.

8.2.2. As licitantes que deixarem de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para a habilitação na presente licitação, ou os apresentarem em desacordo com o estabelecido neste Edital, serão inabilitadas.

8.2.2.1. A não-apresentação no Envelope 02 – Documentos de Habilitação, de qualquer documento exigido neste Edital, para fins de habilitação, implicará inabilitação da licitante.

8.2.3. Constatado o atendimento das exigências previsto pelo Edital, a licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto da licitação, pelo própria pregoeira, na hipótese de inexistência de recursos, e pela autoridade titular do órgão promotor do certame, na hipótese de existência de recursos e desde que improvidos, face ao reconhecimento da regularidade dos atos procedimentais.

8.2.4. Se a licitante desatender às exigências habilitatórias, a pregoeira examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à habilitação da licitante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora e a ela adjudicado o objeto do certame, pela Pregoeira.

8.2.5. Da sessão do Pregão será lavrada ata circunstanciada, que mencionará as licitantes credenciadas, as propostas escritas e as propostas verbais finais apresentadas, a ordem de classificação, a análise da documentação exigida para habilitação e os recursos interpostos,

devendo ser a mesma assinada, ao final, pela Pregoeira, sua Equipe de Apoio e pelo(s) representante(s) credenciado(s) da(s) licitante(s) ainda presente(s) à sessão.

8.2.6. Os envelopes com os documentos relativos à habilitação das licitantes não declaradas vencedoras permanecerão em poder da pregoeira, devidamente lacrados, até que seja homologado o certame. Após esse fato, serão devolvidos por Correio.

8.2.7. Ao final da sessão, na hipótese de inexistência de recursos, será feita, pela Pregoeira, a adjudicação do objeto da licitação à licitante declarada vencedora, com posterior encaminhamento dos autos ao Prefeito Municipal para homologação do certame e decisão quanto à contratação; na hipótese de existência de recursos, os autos serão encaminhados ao Prefeito Municipal para julgamento e, em caso de improvimento, adjudicação do objeto da licitação à licitante vencedora, homologação do certame e decisão quanto à contratação.

9 - DOS RECURSOS, DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO:

9.1. No final da sessão, a licitante que quiser recorrer deverá manifestar imediata e motivadamente a sua intenção, abrindo-se então o prazo de 03 (três) dias corridos para apresentação de memoriais, a correr a partir do primeiro dia, após a sessão, em que houver expediente na Prefeitura Municipal, ficando as demais licitantes desde logo intimadas para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr no término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

9.2. A ausência de manifestação imediata e motivada da licitante importará: a decadência do direito de recurso, a adjudicação do objeto do certame pela Pregoeira à licitante vencedora e o encaminhamento do processo à autoridade competente para a homologação.

9.3. Interposto o recurso, a Pregoeira poderá reconsiderar a sua decisão ou encaminhá-lo devidamente informado à autoridade competente.

9.4. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto do certame à licitante vencedora e homologará o procedimento.

9.5. O recurso terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.6. Nos eventuais recursos, a recorrente deverá protocolar documento escrito junto ao Setor de Protocolo da Prefeitura, a Rua 01A, 332, Centro, Santa Gertrudes/SP, das 9:00 as 16:00 horas.

9.7. Homologado o procedimento, será adjudicado o seu objeto a proposta de **menor valor global**.

9.8. A licitante vencedora receberá por fax ou e-mail a autorização de fornecimento (AF), e deverá emitir as apólices no prazo de 24 (vinte e quatro) horas para início da vigência dos seguros, após esse envio, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções aplicáveis à espécie.

9.8.1. Decorridos 60 (sessenta) dias da data de entrega das propostas, sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

9.9. Durante a vigência da apólice, a Administração Municipal poderá convocar os adjudicatários remanescentes, na ordem de classificação, para fechar nova apólice em razão da inexecução pelo primeiro classificado por qualquer motivo e conseqüente do contrato anterior, inclusive em caso fortuito ou de força maior

9.10. No prazo de 05(cinco) dias após o recebimento da autorização de fornecimento deverá a adjudicatária, obrigatoriamente, assinar o Termo de Ciência e de Notificação, conforme modelo constante do Anexo VI, que estará sujeito à remessa ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, caso o valor da contratação ultrapasse o limite estabelecido na alínea “c” do inciso II do artigo 23 da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

9.11. Os detentores das Apolices Coletivas não se eximirão das penalidades correspondentes, na hipótese de inexecução contratual.

9.12. Constituem motivos para o cancelamento da apólice as situações referidas nos artigos 77 e 78 da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

10 - DOS PRAZOS E DAS CONDIÇÕES DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS:

10.1. O termo de contrato será substituído pela apólice coletiva, conforme as normas da SUSEP.

10.2. O prazo de vigência da Apólice Coletiva será de até 12 (doze) meses corridos e consecutivos, contados a partir das 24(vinte e quatro) horas após o envio por fax ou e-mail da autorização de fornecimento (AF).

10.3. O preço proposto é fixo e irrevogável pelo período de 12 (doze) meses corridos e consecutivos.

10.4. A Prefeitura rejeitará, no todo ou em parte o serviço que estiver em desacordo com o Edital.

10.5. Em caso de sinistro, a empresa vencedora deverá encaminhar a lista de documentos necessários em uma única oportunidade.

10.6. Depois da entrega dos documentos necessários para a abertura de pagamento de sinistro, conforme item 10.5., o **PRAZO PARA PAGAMENTO DO MESMO SERÁ DE 45(QUARENTA E CINCO) DIAS CORRIDOS.**

11 - DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO:

11.1. A licitante, que convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não emitir a apólice ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução da contratação, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

11.2. A recusa injustificada da adjudicatária em emitir a apólice coletiva dentro do prazo estabelecido da ciência da homologação/adjudicação a ocorrer mediante publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida,

sujeitando-se, sem prejuízo das demais sanções previstas, em multa pecuniária de 10% (dez por cento) sobre o valor da obrigação não cumprida.

12 - DA FORMA DE PAGAMENTO:

12.1. Condições de pagamento: Os pagamentos serão realizados em parcela única no prazo de 10 (dez) dias após o decêndio de recebimento do(s) boleto (s), devidamente atestado(s) pela unidade requisitante e processado(s) pela contabilidade;

12.2. As despesas correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

12.2.1. Classificação: 03.01. 04.122.0004. 2.004. 36) 33.90.39 – Outros Serviços de Terceiro Pessoa Jurídica – Administração, com nota de reserva no valor de R\$ 5.439,41;

12.2.2. Classificação: 04.01. 10.302.0031. 2.009 (68) 33.90.39 – Outros Serviços de Terceiro Pessoa Jurídica - Saúde, com nota de reserva no valor de R\$ 12.472,13;

12.2.3. Classificação: 04.02. 10.301.0076. 2.077 (127) 33.90.39 – Outros Serviços de Terceiro Pessoa Jurídica - NAE, com nota de reserva no valor de R\$ 2.663,15;

12.2.4. Classificação: 05.01. 12.365.0074. 2.005 (137) 33.90.39 – Outros Serviços de Terceiro Pessoa Jurídica – Educação Infantil, com nota de reserva no valor de R\$ 14.343,84;

12.2.5. Classificação: 05.02. 12.361.0057. 2.041 (155) 33.90.39 – Outros Serviços de Terceiro Pessoa Jurídica – Educação Fundamental, com nota de reserva no valor de R\$ 16.563,77;

12.2.6. Classificação: 06.01. 15.452.0014. 2.011 (222) 33.90.39 – Outros Serviços de Terceiro Pessoa Jurídica – Obras e Serviços Públicos, com nota de reserva no valor de R\$ 2.896,71;

12.2.7. Classificação: 08.01. 27.812.0025. 2.014 (243) 33.90.39 – Outros Serviços de Terceiro Pessoa Jurídica – Esportes, com nota de reserva no valor de R\$ 2.306,88;

12.2.8. Classificação: 09.01. 08.244.0042. 2.010 (252) 33.90.39 – Outros Serviços de Terceiro Pessoa Jurídica – Promoção Social, com nota de reserva no valor de R\$ 6.412,22;

12.2.9. Classificação: 10.01. 06.181.0009. 2.049 (275) 33.90.39 – Outros Serviços de Terceiro Pessoa Jurídica – Segurança Pública, com nota de reserva no valor de R\$ 2.919,61;

12.2.10. Classificação: 11.01. 13.392.0024. 2.019 (295) 33.90.39 – Outros Serviços de Terceiro Pessoa Jurídica – Cultura, com nota de reserva no valor de R\$ 6.041,01.

12.3. As dotações acima elencadas são constantes do orçamento-programa para exercício econômico e financeiro de 2015.

12.4. Em eventuais atrasos no pagamento, quando por culpa da Prefeitura, o valor devido será atualizado, da data do vencimento à do efetivo pagamento, pela variação percentual do IGPM/FGV/SP, ou outro índice que venha substituí-lo, a critério da Prefeitura.

12.5. O(s) boleto(s) encaminhado(s) pela contratada deve(m) estar devidamente discriminado(s), de forma a permitir o cumprimento das exigências legais, inclusive no que se refere às retenções tributárias.

12.6. No caso de devolução do(s) boleto(s), por sua inexistência ou da dependência de carta corretiva, nos casos em que a legislação admitir, o prazo fixado no item 12.1 será contado da data de entrega da referida correção.

12.7. O e-mail que deve ser cadastrado para envio das notas fiscais é o nfe@santagertrudes.sp.gov.br.

13 - DAS IMPUGNAÇÕES AO EDITAL:

13.1. Qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar os termos do presente Edital por irregularidade, protocolizando o pedido até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para a realização do Pregão, cabendo a Pregoeira decidir sobre a petição no prazo de vinte e quatro horas. Demais informações poderão ser obtidas pelo telefone (0xx19) 3545-8000.

13.2. As petições deverão ser encaminhadas por escrito, ao Setor de Protocolo da Prefeitura, a Rua 01A, 332, Centro, Santa Gertrudes/SP, das 09:00 as 16:00 horas.

13.3. Não serão reconhecidas as impugnações interpostas, vencidos os respectivos prazos legais.

13.4. Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

13.5. Em caso de alteração no texto do Edital e de seus anexos, **que afete a formulação das propostas**, o prazo de divulgação será restituído na íntegra.

13.6. Cópias e vistas ao processo licitatório, deverão ser solicitadas por escrito, ao Setor de Protocolo da Prefeitura, a Rua 01A, 332, Centro, Santa Gertrudes/SP, das 09:00 as 16:00 horas.

13.6.1. Será designada uma data, a partir do protocolo, para que o interessado retire as cópias solicitadas ou tenha vistas ao processo.

14 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS:

14.1. As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre as licitantes e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

14.2. De todas as sessões públicas realizadas para esta licitação será lavrada ata circunstanciada dos trabalhos, onde serão registradas as impugnações fundamentadas porventura apresentadas pelos representantes legais presentes.

14.2.1. As recusas ou as impossibilidades de assinaturas devem ser registradas expressamente na própria ata.

14.3. Todos os documentos de habilitação cujos envelopes forem abertos na sessão e as propostas financeiras, serão rubricados pela Pregoeira e pelos licitantes presentes que desejarem.

14.4. O comunicado de abertura desta licitação será divulgado através de publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo e na imprensa escrita regional e de circulação no Estado.

14.5. Os demais atos pertinentes, como o resultado, intimações, comunicados e outros relativos à licitação presente, quando necessários serão formalizados através de publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo.

14.6. Os envelopes contendo os documentos de habilitação das demais licitantes serão devolvidos oportunamente, após a emissão da autorização de fornecimento.

14.7. Os casos omissos do presente Pregão serão solucionados pela Pregoeira, observando-se os princípios e regras legais.

14.8. A fiscalização do cumprimento do objeto da presente licitação, inclusive para efeito de aplicação de penalidades, **e gestão da apólice**, será atribuição da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento.

14.9. Fica eleito o Foro da Comarca de Rio Claro, Estado de São Paulo, para dirimir as eventuais pendências oriundas do presente Edital.

14.10. Integram o presente Edital:

14.10.1. Anexo I – Termo de referência e especificações técnicas;

14.10.2. Anexo II – Formulário de proposta financeira;

14.10.3. Anexo III - Modelo de declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação;

14.10.4. Anexo IV - Modelo de declaração de inexistência de fato impeditivo;

14.10.5. Anexo V - Modelo de declaração de regularidade para com o Ministério do Trabalho;

14.10.5. Anexo VI – Modelo de declaração de Micro e Pequena Empresa;

14.10.6. Anexo VII - Termo de Ciência e Notificação junto TCESP.

14.11. A qualquer tempo esta licitação poderá ser anulada ou revogada, na forma, ensejo e limite da Lei Federal 8.666/93 e posteriores alterações.

14.12. Para conhecimento público, expede-se o presente Edital, que é publicado conforme na forma da lei e afixado no quadro de avisos do Paço Municipal.

Santa Gertrudes/SP, 17 de novembro de 2015.

Rogério Pascon
Prefeito Municipal